



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009410-94.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Valdecir Botelho Junior**
 Requerido: **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que em 30 de julho de 2015 adquiriu de Luiz Sebastião do Nascimento automóvel financiado junto à ré.

Alegou ainda que após contato com o setor de quitação/recuperação da ré realizou o pagamento da quantia de R\$ 6.500,00, com a garantia de que em quinze dias o respectivo gravame que pesava sobre o veículo seria baixado.

Salientou que tal inocorreu, não obstante as inúmeras tentativas que levou a cabo para a resolução do problema, sem sucesso.

A pretensão deduzida envolve em suma a indenização ao autor pela demora da ré em baixar gravame que pesava sobre automóvel por ele adquirido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Extraí-se dos autos que em 30 de julho de 2015 foi enviado por mensagem eletrônica o boleto cujo pagamento o autor deveria realizar (fl. 21), o que foi implementado nessa mesma data (fl. 24).

Tal fato foi noticiado também no dia 30 de julho (fl. 25), ao passo que o gravame foi baixado em 25 de setembro quando deveria sê-lo em dez dias (fl. 45).

Ora, a ré não apresentou justificativa alguma para a demora verificada, inexistindo qualquer explicação a esse propósito.

Tal cenário é suficiente para a caracterização dos danos morais suportados pelo autor.

Tendo ele cumprido a obrigação a seu cargo, viu-se no aguardo de que a ré fizesse o mesmo, o que sucedeu muito tempo depois do que ela tinha para tanto.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) bastam para estabelecer a convicção de que o autor nesse contexto experimentou abalo de vulto, como de resto qualquer pessoa mediana ficaria afetada se estivesse em seu lugar.

A espécie ultrapassou o mero dissabor inerente à vida cotidiana, ficando evidente a desídia da ré ao deixar de resolver situação destituída de qualquer complexidade.

É o que basta à caracterização dos danos morais.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Já os danos materiais não se patentearam, até porque o documento de fl. 42 não basta por si só para a cristalização do prejuízo do autor.

Ele simplesmente faz alusão à possibilidade de uma venda que não se deu, mas nem mesmo a certeza de que o financiamento indispensável a tanto seria aprovado existe.

O autor não faz jus a essa postulação, portanto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno definitiva a decisão de fls. 47/48.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**